

POVO LIVRE

IVA ZERO,

IMPACTO ZERO

Para o líder do PSD, não é pela redução do IVA em alguns dos produtos que as pessoas vão ter mais “dinheiro no bolso”. “Há dois países: o dos Powerpoint do dr. António Costa e do dr. Fernando Medina, que tem grande embelezamento e números muito pomposos, e depois o outro mundo, o mundo real, que não acompanha o primeiro”, afirmou

8 PSD

Governo deve demarcar-se da posição de Lula da Silva

Segundo Paulo Rangel, o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros têm a obrigação de contrariar a posição do Presidente brasileiro, que acusa a UE, os EUA e a NATO de fomentarem a guerra na Ucrânia

12 LOCAIS

Arganil investe em habitação com rendas a custos controlados

O município de Arganil garantiu 13,6 milhões de euros para aquisição e reabilitação de terrenos e imóveis, num total de 77 fogos, no âmbito da criação do Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis

20 REGIONAIS

José Manuel Bolieiro elogia “legado inspirador” de Mota Amaral

O Presidente do PSD dos Açores destaca “o legado inspirador” deixado por João Bosco Mota Amaral, que completou 80 anos de idade, rodeado de familiares, amigos e militantes social-democratas

Medidas fora de tempo, um governo fora de prazo

O que se pedia, há mais de seis meses, para combater a crise, foi agora anunciado pelo Governo. Um atraso que põe em causa a eficácia das medidas, mas que revela que esta maioria já nada tem a dar ao País

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Antes de mais, sejamos claros: a crise que os portugueses enfrentam é gravíssima, e as evidências são muitas. Os números de pessoas e famílias que recorrem a instituições para auxílio alimentar e pagamento de contas são absolutamente alarmantes. Não é algo que se limite à população desempregada acima dos 50 anos, antes abrange já famílias com empregos e rendimentos fixos, que, em função da inflação crescente, se veem em enormes dificuldades para cumprir os seus compromissos.

Esta crise, que se vem agravando, mês após mês, é uma realidade que constrange o quotidiano dos portugueses há tempo bastante para, no momento certo, já se terem tomado medidas para a combater. Todavia, nada foi feito pelo Governo na tentativa de responder aos sucessivos apelos da população. Até agora.

No contexto do anúncio do estado das contas públicas, e para surpresa de muitos, o Governo apresentou medidas de apoio às famílias, com destaque para o “IVA zero” para um cabaz de alimentos essenciais e o aumento das pensões. O que poderia ser considerado positivo tem, contudo, algo que se lhe diga.

No caso da medida “IVA Zero”, há dois pecados capitais: o tempo e a eficácia.

O tempo, porque esta medida peca por tardia, quer em relação aos apelos da oposição e dos portugueses, quer em relação com o que foi feito noutros países da Europa. Ao longo de todos estes meses, foi evidente a opção do Governo: não interferir com os aumentos da inflação de modo a permitir uma receita fiscal estratosférica, como os números vieram a comprovar. Mesmo que esse “sucesso” fosse obtido à custa do sacrifício das famílias.

A eficácia, porque, da forma como a medida está a ser aplicada, não sabemos se a variação de preço será efetiva, ou se aumentaremos a margem de lucro dos vendedores. Aliás, notícias recentes referem que tem havido aumentos nestes produtos nos dias anteriores à entrada em vigor da medida. Com esta forma de agir, arriscamos a que percam as famílias, que não vêm a redução fiscal repercutida no preço, e perca o Estado, cuja receita deixa de existir.

Quanto ao aumento intercalar das pensões, a partir de julho, em 3,57%, é, também ela, uma medida feita a reboque e a destempo. Desde logo, porque resulta da pressão da sociedade na sequência do anúncio do aumento de 1% na Função Pública. Depois, porque, no ano passado, o Governo deu uma prestação extraordinária - justificando que seria uma forma de antecipar o aumento, mas que se percebeu iria resultar abaixo da fórmula prevista - e agora anuncia que, para 2024, o aumento terá por base a fórmula prevista na Lei de Bases. Afinal, a oposição tinha razão.

O facto de estes anúncios coincidirem com o momento em que, perante todos os portugueses, ficou por demais evidente o estado de desgaste sem retorno deste Governo é, em si, significativo. Não há aqui qualquer tentativa de virar a página, de abrir um novo capítulo na governação desta maioria. Há, sim, o assumir do fim de um tempo e o ensaio para uma futura campanha eleitoral.

Com este Governo, já se percebeu que Portugal e os portugueses não terão o desenvolvimento, as oportunidades, a qualidade de vida e o bem-estar que merecem. É, definitivamente, um Governo fora de prazo.

O PSD fará diferente, o PSD fará melhor.

O PSD É UMA ALTERNATIVA DE GOVERNO



Luís Montenegro considera que “o país não está em boas mãos com este PS e com este Governo”. Apurados os primeiros factos pela Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP, Luís Montenegro garante: “o PSD assegura ao país, aos portugueses e também ao Presidente da República que é uma alternativa de governo ao Partido Socialista”.

À entrada para a cerimónia de posse dos novos órgãos sociais da CIP, em Lisboa, na passada quarta-feira, o Presidente do PSD classificou como “uma vergonha” as revelações das audições até agora realizadas.

“Até ao momento, a Comissão de Inquérito tem sido muito importante, porque tem sido revelador do que é uma característica comum do exercício do Governo do PS: ligeireza na ação, nos procedimentos, informalidade, imaturidade, um exemplo de tudo o que não se deve fazer na gestão pública, seja ao nível das empresas, seja ao nível da governação”, acusou.



Luís Montenegro salvaguardou que a comissão irá “prosseguir os seus trabalhos e produzir as suas conclusões”, mas entende o que se passou até agora é digno de repúdio. “É uma vergonha tudo o que tem estado presente nas audições: todo o envolvimento, quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista procedimental, a forma como membros do Governo interferem, têm ingerência direta na gestão da empresa, a forma escandalosa como simulam pedidos de esclarecimentos e depois redigem os próprios esclarecimentos que a empresa dá ao país”, criticou.

Luís Montenegro sublinha que “o PSD é oposição ao Partido Socialista e ao Governo e só ao Partido Socialista e ao Governo”, pelo que o Partido Social Democrata “e o seu lí-

der não estão no bolso de ninguém, têm total independência naquilo que é sua ação política”.

“Estamos prontos para assumir todas as consequências da alternativa, quando for oportuno. Em princípio, teremos eleições legislativas, em 2026. Se o senhor Presidente da República fizer uma avaliação diferente e suscitar um momento eleitoral antes de 2026, nós estamos prontos, hoje, para tudo aquilo que for necessário para dar ao país futuro, esperança, um governo fiável, um governo confiável, onde as pessoas se respeitam e respeitam aqueles que servem o Estado e todas as instituições públicas”, frisou.

Ao final da tarde, o líder do PSD esteve presente no lançamento do livro “Crónicas de um País Estagna-

do” de Joaquim Miranda Sarmento, no Grémio Literário, em Lisboa.

Não será na minha liderança que haverá uma geringonça de direita

Luís Montenegro garante que o PSD nunca fará acordos de governo com “políticas ou políticos racistas ou xenófobos, oportunistas ou populistas”. “Nós não vamos ter o apoio político de políticas ou políticos racistas, xenófobos, que tenham posições populistas, altamente, demagógicas e, sobretudo, eu não quero no meu governo imaturidade e irresponsabilidade”, assegurou.

Em entrevista a Maria João Avillez, transmitida pela CNN Portugal, na sexta-feira, o líder social-democrata reafirmou que o PSD é “a alternativa credível ao PS”. “Credível é fazer o





O PSD foi o primeiro partido a alertar para os efeitos da inflação

que estamos a fazer. O PSD não é um partido igual aos outros. O PSD não se confunde com aqueles que apressadamente dizem que chegaram à frente, com a bandeirinha, e que é preciso deitar o Governo abaixo”, apontou.

Luís Montenegro garante que não pretende “ganhar as eleições com a ajuda ou com a boleia do Presidente da República”, apenas conta com “a confiança dos portugueses, com as políticas alternativas às do PS, com um projeto mobilizador, que dê esperança, futuro”.

Sobre as propostas políticas, Luís

Montenegro sublinhou que o PSD “foi o primeiro partido político a alertar para os efeitos da inflação”, a apresentar um Programa de Emergência Social e um Programa de Atração, Acolhimento e Integração de Imigrantes.

Criticando a “catástrofe” na Saúde, onde “o Governo concentrou tudo, é altamente estatizante” e nas políticas de Educação, com “a falta de qualidade e professores desmotivados”, o Presidente do PSD censurou ainda “a carga fiscal maior de toda a nossa história”, que “asfixia a vida” das famílias e das empresas.

A propósito da TAP, o líder do PSD considera a atuação do Governo na gestão da companhia aérea “a imagem para tudo o que é o efeito da governação socialista”. “Nacionalizou, quando deveria ter deixado a privatização correr. Injetou capital, fez ingerência direta na gestão da empresa. Por isso, nós dizemos muitas vezes que não queremos o Estado metido nos negócios, porque depois os políticos não resistem à tentação de mandar nas empresas, e os políticos não devem fazer isso e os governos muito menos”, disse.



A DESONESTIDADE POLÍTICA DE COSTA

Luís Montenegro acusa António Costa de “desonestidade política e intelectual” na questão das pensões, depois de o Governo e o PS terem recusado a atualização de pensões imposta por lei.

No final de uma visita à Associação Ajuda de Berço, enquadrada na iniciativa “Sentir Portugal em Lisboa Área Metropolitana”, na segunda-feira, 17 de abril, o Presidente do PSD lembrou que “mais vale tarde do que nunca”, mas só agora o Primeiro-Ministro vem confessar “que, afinal, tinha cortado 1000 milhões de euros que se tinha recusado a assumir”.

“O Primeiro-Ministro está a ser tão ziguezagueante que chumba em novembro o que aprova em fevereiro e em abril. Ainda assim, mais vale tarde do que nunca. O Primeiro-Ministro é demorado, é lento, mas acaba por chegar às orientações políticas fundamentais que o PSD tem deixado”, frisou.



Além disso, Luís Montenegro lamenta que o Primeiro-Ministro apareça “a fazer uma festa, para dar aos pensionistas o que já é deles”. “Este



valor de atualização é aquele que decorre da aplicação da lei, numa proposta que o PSD apresentou no Parlamento e que foi rejeitado pelo PS”, insistiu.

Para o Presidente do PSD, o Primeiro-Ministro é ainda “desonesto do

ponto de vista intelectual e político”, precisando que “o corte de pensões no passado foi da exclusiva responsabilidade dos governos do PS, de que o dr. António Costa fez parte e apoiou”. “E isto é grave, porque o dr. António Costa sabe disto”, assinalou.



IVA ZERO TEM EFEITO ZERO



Luís Montenegro considera que a isenção de IVA em alguns produtos do cabaz alimentar tem um efeito inexistente ou “meramente simbólico”, porque, em muitos casos, “os preços até subiram”.

No Mercado da Brandoa, na Amadora, dia 18, no âmbito da iniciativa “Sentir Portugal”, esta semana dedicada ao distrito de Lisboa Área Metropolitana, Luís Montenegro recordou os alertas que fez sobre “as

falsas expectativas” que iriam ser criadas com esta medida. “Comprovei hoje que não só o efeito não se fez sentir como em alguns produtos houve quem me transmitisse que os preços subiram ontem”, afirmou, “lamentando que não tenha havido capacidade de monitorização desta situação”.

Para o líder do PSD, não é pela redução do IVA em alguns dos produtos que as pessoas vão ter mais “di-



nheiro no bolso”, considerando que “a política fiscal do Governo é errada”. “Há dois países: o dos ‘Powerpoint’ do dr. António Costa e do dr. Fernando Medina, que tem grande embelezamento e números muito pomposos, e depois o outro mundo, o mundo real, que não acompanha o primeiro. (...) Há um país de PowerPoint que não tem nada a ver com o país do dia a dia de milhões de pessoas e de famílias portuque-

ses”, declarou.

Para além de ter “um efeito meramente simbólico”, já que se trata de “pouco dinheiro e poucos produtos”, Luís Montenegro defende, em alternativa, “como medida fiscal mais eficiente a descida dos impostos sobre os rendimentos do trabalho”. “Se as pessoas pagarem menos IRS, vão ter mais dinheiro disponível, mais poder de compra”, referiu.

UCRÂNIA

GOVERNO DEVE DEMARCAR-SE DA POSIÇÃO DE LULA DA SILVA



Paulo Rangel exorta o Governo a “tomar uma posição pública e formal” demarcando-se das declarações do Presidente brasileiro de que a União Europeia, NATO e EUA estão a estimular a guerra na Ucrânia.

“O Governo português – enquanto órgão de soberania responsável pela condução da política externa –, respeitando por inteiro a soberania do Brasil, através do Primeiro-Ministro, António Costa, e do ministro dos Negócios Estrangeiros, não pode deixar de se demarcar, pelas vias diplomáticas adequadas, mas também publicamente, da afirmação de que a União Europeia, a NATO e os Estados Unidos estão a fomentar e a estimular a guerra”, afirmou Paulo Rangel numa declaração política feita no Porto, no sábado.

Segundo Paulo Rangel, “com a mesma franqueza e, até, desassombro com que o Presidente do Brasil fala da cumplicidade e intervenção da União Europeia e procura suavizar ou omitir a responsabilidade do regime de Putin, o primeiro-ministro António Costa deverá afirmar a posição de Portugal a favor do direito internacional, da integridade territorial da soberania ucraniana e da paz”.

Luiz Inácio Lula da Silva defendeu no sábado, no final de uma visita à

China, que os EUA devem parar de “encorajar a guerra” na Ucrânia e a União Europeia deve “começar a falar de paz”.

“Os Estados Unidos devem parar de encorajar a guerra e começar a falar de paz, a União Europeia deve começar a falar de paz”, disse o chefe de Estado brasileiro aos jornalistas, em Pequim, antes de partir para os Emiratos Árabes Unidos.

Embora salientando a “importância fundamental” da “oportuna e útil” visita de Lula da Silva a Portugal, dentro de alguns dias, e garantindo que o PSD tudo fará para que seja um “sucesso” e permita “relançar fortemente” os laços comuns entre os dois países, Paulo Rangel considerou que António Costa “tem de tomar uma posição pública e formal” face às “repetidas tomadas de posição do Estado brasileiro, através do seu mais alto magistrado”.

“Depois destas declarações, o Estado português – que é membro da União Europeia e que não está, obviamente, envolvido em nenhuma guerra, sem deixar de estar ao lado da Ucrânia e dos Estados vizinhos da Ucrânia – tem de tomar uma posição. [...] Esta visita não pode ser feita com um silêncio sobre esta matéria quando se acusa Portugal de estar em guerra e de estar a fo-

mentar a guerra, quando não é isso que Portugal tem feito”, disse.

“Não podemos pactuar nem contemporizar, impávidos e serenos, com as declarações reiteradas que omitem e esquecem que há um Estado agressor e um Estado agredido, que há uma violação da integridade territorial da Ucrânia que rasga princípios sagrados do direito internacional, que a Federação russa e o regime de Putin têm cometido sucessivos crimes de guerra, massacrando o povo ucraniano e destruindo as suas cidades e a sua economia”, sublinhou.

Para o vice-Presidente do PSD, “não pode aceitar-se a impositação de que a Ucrânia deve perder a Crimeia ou de que o Presidente Zelensky é responsável pelo conflito” e “não se pode ficar indiferente perante o ataque bárbaro de uma autocracia a um Estado independente, soberano e democrático”.

“Mais: o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros [João Gomes Cravinho] têm obrigação estrita de contraditar a condenação pública de que a União Europeia é hoje parte com intervenção direta na guerra. Não ser indiferente perante uma invasão bárbara que viola flagrantemente o direito internacional e que ameaça a indepen-

dência e integridade dos Estados e povos nossos aliados não é, nunca foi e não será ‘entrar’ ou ‘participar em guerra’”, reiterou.

Paulo Rangel afirmou que o PSD “toma boa nota” das votações do Brasil de condenação da invasão no âmbito das Nações Unidas e que “nenhum país gostaria mais do que Portugal que o Brasil fosse realmente o mediador e o promotor da paz na guerra da Ucrânia, como potência mundial emergente que é”, mas considerou que “isso não pode ser feito com a condenação dos ucranianos” e considerando “que eles, a União Europeia e a NATO fomentaram a guerra, porque isso não corresponde à verdade”.

Questionado pelos jornalistas, Paulo Rangel reconheceu ainda que as declarações de Lula da Silva “não ajudam” à aproximação entre o Brasil e a União Europeia, processo no qual Portugal “tem tido um papel muito importante, nomeadamente na tentativa de relançar o acordo entre a União Europeia e o Mercosul”.

“É evidente que, com uma posição tão extremada de condenação da União Europeia naquilo que é uma coisa óbvia – as fronteiras da União Europeia estão sob risco [...] – estas declarações não ajudam”, disse.

PSD EXIGE EXPLICAÇÕES A ANTÓNIO COSTA DEPOIS DE CONHECIDAS REVELAÇÕES SOBRE ACORDO DO GOVERNO PS COM ACIONISTA PRIVADO

O PSD exige explicações ao Primeiro-Ministro sobre um alegado acordo entre o Governo e o acionista privado da TAP em 2017, que teria permitido ao empresário David Neeleman receber 55 milhões de euros quando saiu da companhia.

Em comunicado, intitulado “Os acordos secretos do socialismo na TAP”, o vice-Presidente do PSD Miguel Pinto Luz exigiu a António Costa e outros ex-governantes e responsáveis na empresa explicações urgentes sobre uma notícia do jornal Correio da Manhã.

“Ficámos agora a saber – de acordo com revelações da imprensa – que terá existido um acordo secreto em 2017. Nessa alegada reunião entre António Costa, Pedro Marques e David Neeleman, o Partido Socialista e o sr. primeiro-ministro terão permitido que o empresário norte-americano pudesse antecipar os 226 milhões de euros antes do prazo de 30 anos que o governo do PSD/CDS tinha estabelecido”, afirmou Miguel Pinto Luz.

O vice-Presidente social-democrata acrescentou que “terá sido esta mudança que permitiu que David



Neeleman se tornasse no único empresário do setor da aviação civil que lucrou mais de 55 milhões de euros no período da pandemia”.

“São dados que exigem confirmação e justificações urgentes e que servem para adensar a teia de má gestão, compadrio, ligeireza e abuso de poder que o dossiê TAP nos tem relevado publicamente”, exige.

Para o vice-Presidente do PSD, “a gravidade dos factos reforça as preocupações do PSD, que reitera a necessidade de ouvir o primeiro-ministro num tema da maior importância para o país”.

“Consideramos que é o responsável máximo de tudo o que se passou

nos últimos sete anos na TAP”, reforçou.

Miguel Pinto Luz referiu que o PSD já tinha pedido a audição parlamentar dos antigos governantes Pedro Marques e Miguel Cruz e do ex-administrador da TAP Diogo Lacerda Machado e irá reforçar na segunda-feira a urgência dessas explicações na Comissão de Economia.

“Tamanho erro de gestão por capricho ideológico custou mais de 3,2 mil milhões de euros aos contribuintes portugueses. Além de, não menos importante, causar graves e importantes danos de consequências ainda por medir na imagem e credibilidade de uma importante marca que é a TAP”, criticou.

Em 2017, foi feita uma alteração ao acordo inicial de venda direta da TAP de 2015, no qual tinha ficado estabelecido que os 226 milhões de dólares que a Atlantic Gateway (consórcio composto pelos acionistas David Neeleman e o empresário português Humberto Pedrosa) injetou na empresa teriam de permanecer na transportadora aérea durante 30 anos. No entanto, em junho de 2017, o Governo de António Costa garantiu à Atlantic Gateway o direito de poder receber os fundos antes do prazo de 30 anos, em caso de um evento de bloqueio ou de incumprimento da Parpública, que concentrava as ações detidas pelo Estado na TAP.

INCOMPETÊNCIA DO GOVERNO NOS ATRASOS NAS JUNTAS MÉDICAS



Toda a oposição criticou, dia 12 de abril, atrasos no acesso a juntas médicas, num debate em que o PSD acusou o Governo de incompetência e indiferença.

No debate de urgência requerido pelo PSD com o tema “falha do Estado Social: atrasos na realização de juntas médicas impedem cidadãos de acesso a apoios e a prestações sociais”, a deputada Clara Marques Mendes alertou para os “impactos gritantes” que os atrasos têm quanto ao acesso dos cidadãos aos “vários apoios e prestações sociais a que legitimamente têm direito”.

A deputada considerou que “esta situação é humanamente inaceitável e socialmente inadmissível” e acusou o Governo de “falta de vontade política” para resolver a situação.

A vice-Presidente da bancada social-democrata defendeu que o “Governo tem de agir” e realçou a iniciativa que o PSD apresentou para “o pagamento retroativo de apoios” sempre que a “junta médica não é realizada nos prazos previstos na lei”.

Este debate tinha sido anunciado na semana passada pelo Presi-

dente do PSD, Luís Montenegro, que criticou “os atrasos muito significativos” na realização de juntas médicas, considerando que “é mais uma demonstração de um Governo desleixado”.

No projeto de resolução, o PSD salientava que “a necessidade em obter o Atestado Médico de Incapacidade Multiuso é urgente e imediata, na medida em que só através da apresentação do mesmo é dada a possibilidade de acesso a diversos apoios sociais (para além de benefícios fiscais)”.

Entre estes, conta-se a Prestação Social para a Inclusão, o acesso a assistência pessoal através de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, o acesso a crédito à habitação bonificado, limitações no aumento da renda de casa, isenção do pagamento de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, com participação de medicamentos e do

acesso a transporte não urgente de doentes, bonificação do abono de família, subsídio de educação especial, quota de emprego na Administração Pública, acesso a contingentes especiais e a bolsas de estudo no ensino superior, descontos em transportes públicos ou telecomunicações, entre outros.

Para o PSD, urge garantir que os cidadãos “tenham efetivo acesso e em tempo útil a todas as medidas e benefícios que contribuam para a sua integração e inclusão e que não vejam negado o acesso a qualquer direito por motivos que lhe são totalmente alheios”.

Na resolução, o PSD propunha assim que “o acesso a todos os apoios e prestações sociais decorrentes da detenção do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso sejam garantidos a partir do 61.º dia a contar do respetivo requerimento, mesmo que não se verifique a realização de junta médica no prazo previsto dos 60 dias”.

VILA DE REI REIVINDICA CUIDADOS DE SAÚDE NO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO

A Assembleia Municipal de Vila de Rei aprovou, por unanimidade, uma moção, através da qual reivindica o acesso aos cuidados de saúde no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT), evitando que a população se desloque 90 quilómetros até Castelo Branco.

A moção intitulada “Referenciação de utentes para Castelo Branco” foi apresentada pelo grupo municipal do PSD, que reivindica “a urgência na resolução de todos os procedimentos necessários, de modo que os vilarregenses não sejam obrigados a percorrer 90 quilómetros para Castelo Branco, quando podem percorrer 25 quilómetros, no acesso aos cuidados de saúde mencionados [CHMT]”.

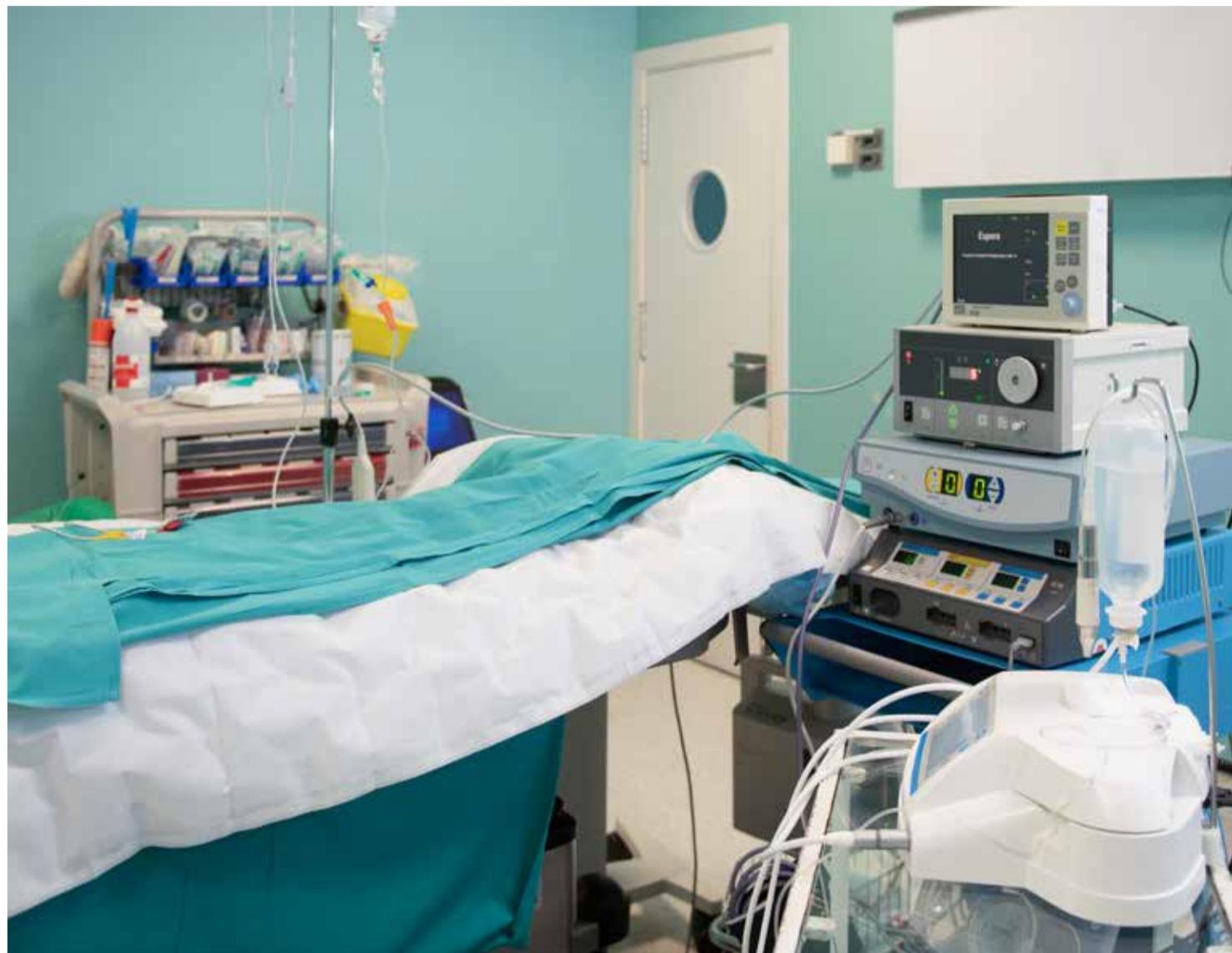
Em causa, está o facto da Rede de Referenciação Hospitalar em Obstetrícia, Ginecologia e Neonatologia do CHMT não abranger o concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco.

Neste âmbito, o município de Vila de Rei já efetuou uma exposição, no sentido de efetivar essa integração, de modo que a população tenha acesso a estes cuidados de saúde, no CHMT, sem qualquer resultado até ao momento.

A própria Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo realizou também uma exposição, através da qual corrobora os argumentos apresentados pelo Câmara de Vila de Rei.

O documento realça ainda que em setembro de 2013 foi realizada uma proposta de resolução para a referenciação hospitalar dos utentes do concelho de Vila de Rei.

Esta proposta foi feita pelos presidentes dos Conselhos Diretivos da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Regional de Saúde do Centro, na qual se propunha o aces-



so à consulta hospitalar e serviços de urgência para os utentes do concelho de Vila de Rei no CHMT.

O mesmo foi homologado pelo então secretário de Estado da Saúde em 27 de setembro de 2013.

“Em face do exposto, bem como dos repetidos testemunhos que temos recebido, é com profunda indignação que assistimos ao facto de várias utentes vilarregenses terem sido encaminhadas para o hospital de Castelo Branco para a realização

de exames, bem como consultas de encaminhamento durante a gravidez”, lê-se na moção.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Vila de Rei apela para que seja respeitado a proposta de resolução homologada pelo secretário de Estado da Saúde em 2013 e que “o Governo determine de uma vez por todas, com a força de Lei, a referenciação dos nossos utentes para o Centro Hospitalar do Médio Tejo”.

“Aquilo que aos olhos dos vilarregen-

ses é da mais elementar justiça, e até razoabilidade não o é aos olhos de quem gere a saúde no nosso país”.

A moção, depois de aprovada, foi enviada para os corpos diretivos do CHMT, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Administrações Regionais de Saúde do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, Secretaria de Estado da Saúde, Ministério da Saúde, Comissão da Saúde da Assembleia da República e grupos parlamentares.

ARGANIL INVESTE EM HABITAÇÃO COM RENDAS A CUSTOS CONTROLADOS



O município de Arganil garantiu 13,6 milhões de euros para aquisição e reabilitação de terrenos e imóveis, num total de 77 fogos, no âmbito da criação do Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis.

Segundo a Câmara Municipal, os edifícios sinalizados pela autarquia serão disponibilizados para arrendamento em regime de habitação de custos controlados e acessíveis, depois de intervencionados.

“Com o recente investimento na ampliação da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, estimamos que dentro de cinco, seis anos, tenhamos a trabalhar em Arganil mais 1.000 pessoas, sendo a habitação uma questão determinante para o território”, frisou o Presidente Luís Paulo Costa.

Para o autarca, o Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis na Região de Coimbra é um instrumen-

to criador de oportunidades únicas, “que se encontra em linha com as políticas desenvolvidas pelo município de Arganil relativamente à fixação de empresa e de pessoas no território”.

O Programa de Arrendamento Acessível tem como principal objetivo alargar a oferta habitacional para arrendamento abaixo dos valores de mercado, devendo a renda do contrato ser, no mínimo, 20% inferior ao valor de referência das habitações, consoante as suas características.

O apuramento deste cálculo tem por base a área do alojamento, a média de preços divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, a tipologia, grau de eficiência energética, entre outras.

Por outro lado, para integrarem os valores de rendas acessíveis, o preço mensal deve corresponder a

uma taxa de esforço entre os 15% e os 35% do rendimento médio mensal do agregado familiar.

O protocolo assinado em março entre o IHRU e a CIM da Região de Coimbra prevê que nos 19 municípios que a integram sejam criadas 1.618 habitações (através de requalificações, reabilitações ou construções para habitar), cujo investimento ultrapassa os 250 milhões de euros.

A CIM da Região de Coimbra é constituída pelos 17 municípios que integram o distrito de Coimbra - Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares - e pelos municípios da Mealhada e de Mortágua, nos distritos de Aveiro e de Viseu, respetivamente.



A habitação é uma questão determinante para o concelho de Arganil

MAFRA INVESTE 1,2 MILHÕES DE EUROS EM TERRENOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL

A Câmara de Maфра aprovou a aquisição por 1,2 milhões de euros dois terrenos na Malveira destinados à construção de habitação social e estacionamento.

O município do distrito de Lisboa, “no âmbito dos investimentos previstos para a Malveira, pretende construir ou promover a construção de habitação a curto/médio prazo e aumentar a capacidade de estacionamento na envolvente face à significativa carência de estacionamento público para apoio ao comércio e serviços”, refere a proposta da autarquia de Hélder Sousa Silva.

A autarquia reconhece a “necessidade de aumentar o apoio a famílias ao nível da habitação” e prevê efetuar este ano um investimento de quase 11 milhões de euros na construção de fogos para habitação.

A proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de câmara, dia 14 de abril.

O investimento insere-se na Estratégia Local de Habitação para o concelho, que prevê um investimento total

de 37,2 milhões de euros.

De acordo com a Estratégia Local de Habitação, a que a agência Lusa teve acesso, existem no concelho 104 fogos de habitação social centralizados e 14 edifícios, além de 10 moradias dispersas, abrangendo 114 famílias.

Por outro lado, existem 67 pedidos de habitação por famílias carenciadas e 151 pedidos de apoio ao Programa de Arrendamento Acessível, criado pelo município em 2014, ano em que o apoio chegou a 35 famílias, num montante máximo de 14 mil euros.

Em 2019, ano dos últimos dados disponibilizados, o programa Arrendar abrangiu 81 famílias, com um total de apoio de 81 mil euros.

Tendo em conta o défice de habitação pública e o aumento das rendas e do valor de aquisição das casas no

concelho, os desafios da estratégia passam por reabilitar a habitação municipal, aumentar a habitação pública, reforçar o programa de apoio ao arrendamento e reabilitar espaços públicos, incentivando por essa via a reabilitação do edificado.

O diagnóstico efetuado no âmbito dessa estratégia concluiu que Maфра é o concelho da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com a terceira maior taxa de crescimento migratório e é o segundo concelho com maior dinâmica construtiva e onde estão localizados 12% dos edifícios construídos na AML entre 2011 e 2018.

Face à diminuição de oferta habitacional noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, aumentou em Maфра a procura de habitação e há uma tendência para tornar como permanente a segunda habitação existente no município.



GAIA INNOVATION CITY

UM PROJETO DE VALOR ACRESCENTADO QUE CAIU ANTES DE COMEÇAR

“As dúvidas que suscitamos, impedem naturalmente que o PSD, por ora, possa acompanhar a presente proposta”, foi, deste modo, que os vereadores do PSD, na Câmara de Gaia, terminaram uma declaração política, no dia 3, que anunciou o voto contra o denominado Ecoparque do Atlântico, um parque urbano que irá substituir o projeto Gaia Innovation City, anunciado para o antigo Parque de Campismo da Madalena.

Sobre a proposta propriamente dita, os vereadores sublinharam que “a única referência sobre o Ecoparque do Atlântico, se resume à nomeação do eng.º Luís Alves como diretor do projeto e nada se diz sobre o respetivo modelo de conceção e financiamento ou sobre o respetivo programa ou termos de referência”.

Adiantaram ainda os vereadores do PSD “que esta mudança para o terreno em causa ocorrerá, porque o Município dá por adquirido, como se o mesmo constituísse uma espécie de trânsito em julgado, o alegado incumprimento de um contrato-promessa, em que não é parte,

sem cuidar de esclarecer e obter prova do incumprimento definitivo, que deverá ser declarado pelo promitente-vendedor, isto é, o fundo imobiliário”.

Os vereadores temem que, naquele documento, possam “existir condições contratuais que motivem e constituam motivo para que os investidores privados enveredem pelo contencioso judicial, suscetível de imputar à Câmara a responsabilidade, por quebra de boa-fé negocial, pelos prejuízos causados, nomeadamente face ao que indiciam subliminarmente as declarações do promitente comprador, vindas a público”.

As outras reservas colocadas pelos vereadores do PSD

Quando, há pouco mais de um ano, o Município acolheu entusiasticamente o projeto Gaia Innovation City e propôs a incorporação da própria deliberação no PDM, salvaguardando as afetações do uso do solo, pela mais-valia que constituiria um parque empresarial de base tecnológico, na criação de conhecimento, os vereadores o PSD sinalizavam





que “por vezes os projetos de enorme magnitude têm alguns riscos, os quais deverão ser acutelados. Que, de acordo com a informação disponibilizada, as cautelas que hoje estão a ser tomadas fazem todo o sentido, pelo que a proposta apresentada é equilibrada, ou seja, cerca de 30% da área destina-se a um polo tecnológico”.

Os vereadores acrescentaram que “à data, desconheciam por completo, como hoje, o teor do contrato-promessa de compra e venda e os aditamentos à proposta de aquisição do terreno entre o fundo e o investidor e também a intenção do promotor ver o investimento classificado como Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN), com o consequente aumento da capacidade construtiva em mais 50%, mas os riscos de insucesso são agora reais”.

Também, posteriormente, em agosto passado, os vereadores já haviam apontado reservas à celebração de um protocolo entre o promotor e a Câmara Municipal, que levaram a que o documento, face às dúvidas suscitadas, embora discutido, fosse retirado da ordem de trabalhos.

Em particular, os vereadores do PSD alertavam para o facto de o protocolo ser celebrado entre o Município e uma Sociedade de Capital de Risco e não com a alegada proprietária, com a agravante do regime jurídico destas entidades, vedar e proibir-lhes a aquisição de direitos sobre bem imóveis.

“Tanto quanto sabemos a assinatura do contrato-promessa de compra e venda terá ficado a cargo da efetiva promotora, uma sociedade por quotas, denominada Gaia Innovation City, de que esta sociedade de capital de risco, quando muito, será uma participada. Se assim é e também porque a notificação das condicionantes é feita na pessoa da proprietária, porque é que o protocolo não é celebrado com esta, mas com uma sociedade de capital de risco? Qual é a legitimidade para a intervenção desta? A Câmara já tem na sua posse o contrato promessa de compra e venda do terreno ou conhece de alguma cessão de posição contratual posterior? E não deveria estar junto à informação que acompanha o protocolo, uma cópia das propostas de aquisição e dos aditamentos, como aliás se refere expressamente nos considerandos do documento?”, questionaram os Vereadores.

Os Vereadores perguntaram ainda “em que medida a Câmara poderia comprometer-se a solicitar todas as autorizações e licenças necessárias para a desafetação de áreas atualmente classificadas como REN e RAN quando, na verdade, a tutela e decisão final sobre esta matéria cabem ao Estado, através da CCDR e de outros organismos públicos”.

Do ponto de vista ambiental e das suas implicações para o ecossistema local, os vereadores questionaram também os encargos que recairiam para a esfera do Município.

**2ª ACADEMIA DE
FORMAÇÃO POLÍTICA**

SEGURANÇA NA ORDEM DO DIA PARA A DISTRITAL DO PORTO

No passado dia 15 de abril, decorreu no auditório da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), em Matosinhos, a 2.ª edição da Academia de Formação do PSD do Porto, dedicada ao tema da Segurança.

Após a sessão de abertura, que esteve a cargo do coordenador do Gabinete de Formação Distrital, Tiago Sá Carneiro, decorreu o painel “Os desafios da Segurança Interna”.

Antonino Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel e vice-Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, foi o orador principal, tendo a moderação ficado a cargo da deputada e vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Andreia Neto.

No debate, dedicado aos desafios que enfrenta a Segurança Interna, marcaram presença representantes dos sindicatos das forças policiais, como Paulo Santos, presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) que denunciou a “falta de negociação”, a “falta de sensibilização política” e a “subordinação às Finanças”.

Também o Presidente do Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol), Armando Ferreira, denunciou a falta de elementos policiais na rua. “Estamos a fazer omeletes sem ovos”, disse, destacando que “os quatro pilares fundamentais do país estão doentes”, referindo-se à segurança, saúde, justiça e educação.

Na sessão, marcou também presença o Presidente da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR) e o responsável máximo do Observatório de Segurança Interna.

Ficou ainda o convite para que o PSD e os seus deputados visitarem o terreno e fiquem a conhecer a realidade das esquadras e das condições de trabalho dos seus profissionais.

Na sessão de encerramento, intervieram o Presidente da Secção de Matosinhos, Bruno Pereira, do Presidente da Distrital do Porto, Sérgio Humberto, do Ex-secretário de Estado da Administração Interna, João Pinho de Almeida e do vice-Presidente do PSD, Paulo Cunha.

Na sua intervenção, Sérgio Humberto salientou a importância da presença de muitos não militantes, o que é um bom sinal na abertura deste tipo de iniciativas à sociedade. Depois agradeceu aos oradores, representantes das associações sindicais pela disponibilidade, deixando o repto para a realização de mais reuniões de trabalho, para que



possamos ficar a conhecer ainda melhor as necessidades do setor.

Afirmou ainda que o país assiste ao “desmantelamento” das forças da segurança e acusou o ministro da Administração Interna de não ter “poder político”, nem “coragem para tomar medidas”.

“O ministro [da Administração Interna, José Luís Carneiro] não faz nada, não tem poder político, não tem poder de persuasão, não tem poder de influência, mas, sobretudo, não tem coragem para tomar medidas”, afirmou, Sérgio Humberto.

Denunciou, ainda, a falta de medidas por parte do Governo para pôr fim ao que considerou um “desmantelamento” das forças de segurança, nomeadamente, da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR).



“Temos menos pessoas e as pessoas que temos ou estão a fazer serviços administrativos ou estão de baixa por questões de saúde mental. Não existe um apoio efetivo daquilo que é o Estado central às

forças de segurança”, referiu, defendendo que se assiste também a um “aumento da perceção de insegurança” no país.

Destacando que a segurança é, a par da educação, da saúde e da

justiça, “um pilar fundamental”, Sérgio Humberto acusou o Governo de “empurrar” as responsabilidades para as autarquias e de “assobiar para o lado” nesta matéria.

“Para este Governo, e isto tem persistido ao longo dos tempos, a segurança não é determinante (...) Eles estão a assobiar para o lado neste tema, não querem saber e verdadeiramente, é uma infelicidade para Portugal”, acrescentou o presidente da distrital do PSD do Porto, denunciando também a falta de condições e de equipamentos com que as forças policiais se deparam no dia a dia.

Para Sérgio Humberto, urge por isso recompensar os agentes de segurança pública, tanto a nível remuneratório, como do “ponto de vista de condições” de trabalho.

“Temos de deixar de ter palavras e passar aos atos. Estou convencido

de que isto é relativamente fácil, sabemos o caminho, é preciso é trilhá-lo. Há serviços que estão cristalizados e temos de caminhar para um modelo que preste a melhor segurança ao país”, defendeu.

O Presidente da Distrital do PSD do Porto adiantou ainda que deste debate resultarão projetos de resolução que serão, posteriormente, apresentados à Assembleia da República.

E assim se encerrou mais uma academia de Formação, ficando a certeza de que esta forma de trabalho será para continuar abordando outras temáticas fundamentais para o país e colocando o “dedo na ferida” quando tal for necessário, escutando sempre a sociedade civil e quem tem conhecimento em cada matéria, para aprendermos com os melhores e assim estarmos mais bem preparados.

TROFA ANUNCIA NOVO CENTRO DE RECOLHA DE ANIMAIS

O novo Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) da Trofa vai custar cerca de um milhão de euros e deverá estar operacional no prazo de um ano, anunciou em comunicado a Câmara Municipal.

O novo equipamento vai nascer nas instalações do atual Canil Municipal da Trofa, situado na União de Freguesias de Bougado, estando as obras a decorrer desde o início de abril, acrescentou a autarquia que dá conta ainda que terá capacidade prevista para “cerca de 100 cães e 30 gatos”.

A intervenção, pode ler-se ainda, vai permitir que o novo CROA fique dotado de “todas as valências médico-veterinárias para poder efetuar tratamentos, cirurgias e esterilizações, bem como concentrar num só local os serviços técnicos, médico-veterinários e administrativos, de forma a tornar mais eficiente e eficaz a atuação do Gabinete de Medicina e Bem-Estar Animal” do município.

O novo edifício será composto por consultório médico-veterinário, maternidades, enfermarias, sala de cirurgia, sala de ocissões [abate de

animais], sala de recobro, sala de contenção de animais, sala de higienização, banhos e tosquias, boxes para outras espécies (nomeadamente aves, caprinos e equinos), sala de pessoal e balneário e área de receção de visitantes, descreve o comunicado.

Citado pela nota de imprensa, o Presidente da autarquia, Sérgio Humberto, defende que o projeto “mais do que garantir a recolha e captura dos animais sempre que seja necessário, vai garantir condições dignas de trabalho aos colaboradores e de acolhimento aos animais”.



PSD E JSD DA MAIA TOMARAM POSSE



Decorreu no passado dia 13 de abril, na cidade da Maia, a tomada de posse dos órgãos de Secção do PSD e da JSD da Maia.

O Presidente da Comissão Política local, que é também o Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Silva Tiago, foi reeleito e a sua equipa integra um conjunto de militantes com diversidade de pensamento político, homens e mulheres com elevadas provas dadas ao serviço do partido e da Maia, que são chamadas a exercer funções no partido pela primeira vez.

Já na JSD, foi empossada a nova líder, Carolina Carvalho, que sucede assim a Bruno Bessa, recentemente eleito presidente da Distrital do Porto da Juventude Social Democrata.

Para além dos empossados, usaram ainda da palavra o Presidente da Mesa do Plenário do PSD, José Leal, o Presidente da Distrital do Porto da JSD, Bruno Bessa, a vice-Presidente da JSD Ana Sofia Lou-

reiro e o Presidente da Distrital do PSD Porto Sérgio Humberto.

Em todas as intervenções ficou patente a importância da Maia no contexto político distrital e nacio-

nal, bem como foi realçado o bom trabalho que o PSD tem feito na liderança da autarquia.

Ficou ainda bem vincada a prioridade local de reforçar a presença do

PSD junto da sociedade, preparando assim os próximos desafios autárquicos, não esquecendo o trabalho que tem de continuar a ser feito para que o PSD reconquiste o estatuto de maior partido em Portugal.



JOSÉ MANUEL BOLIEIRO ELOGIA “LEGADO INSPIRADOR” DE MOTA AMARAL

O Presidente do PSD/Açores, José Manuel Bolieiro, destacou “o legado inspirador” deixado pelo fundador do partido, João Bosco Mota Amaral, que completou 80 anos de idade, rodeado de familiares, amigos e militantes social-democratas.

Para José Manuel Bolieiro, trata-se de uma herança “que importa seguir” numa época em que “a complexidade da sociedade e do mundo são muito maiores”, afirmou à margem do almoço do 80.º aniversário do primeiro Presidente do Governo Regional dos Açores.

O líder do PSD dos Açores defende as “raízes inspiradoras” de Mota Amaral, que hoje fez 80 anos, dão às novas gerações “melhores condições para dar continuidade ao projeto autónómico” da região.

“Os tempos são outros. A complexidade da sociedade e do mundo são muito maiores. Mas, com raízes tão inspiradores como esta, as novas gerações tem melhores condições para dar continuidade a este projeto revolucionário autónómico democrático”, afirmou José Manuel Bolieiro, em declarações à margem do almoço do 80.º aniversário do primeiro presidente do Governo dos Açores, Mota Amaral.

José Manuel Bolieiro, durante o discurso do evento que reuniu, em Ponta Delgada, duas centenas de

peçoas de todas as ilhas do arquipélago, manifestou o seu “reconhecimento e gratidão” a Mota Amaral, “cuja visão democrática de um país moderno, conduziu ao processo indelével autónómico dos Açores”.

Sublinhou ainda que o “PSD lhe deve muito e nunca o esquecerá, sobretudo como líder partidário que doutrinou a ideia de que um partido político serve as pessoas”, acrescentou o dirigente social-democrata.

Por fim, realçou que o 80.º aniversário de Mota Amaral “é um dia de alegria, união e amizade, de admiração, de seguimento pelo legado que deixa na revolução democrática de Portugal, na aposta autónómica dos Açores, na valorização do desenvolvimento de todas as ilhas”.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, numa mensagem de vídeo projetada no almoço, enalteceu Mota Amaral enquanto “amigo muito fiel, inclusivamente na política”, considerando-o “um dos pais da pátria”, grande responsável pela “maturação política e cívica da Autonomia dos Açores”.

Marcelo Rebelo de Sousa disse ainda ter sido “um excecional presidente da Assembleia da República. De vistas abertas, horizontes largos, acima de querelas secundárias”, agradecendo “o que fez pelos Açores e Portugal”, enquanto assumiu “dois papéis históricos”.

Reconheceu o social-democrata açoriano pela “curiosidade intelectual e humana ilimitada”, homem “superiormente inteligente. De uma inteligência muito fina, mas também com sentido prático”.

Também Luís Montenegro, presidente do PSD nacional, manifestou a sua gratidão pela “ajuda feita de alento e de sentido crítico”, “trabalho feito no partido”, elevando o “humanismo, tolerância democrática e sentido de Estado”, a sua “vivacidade cívica e intelectual”.

Recorde-se que João Bosco Mota Amaral foi deputado à Assembleia Constituinte, fundador do PSD dos Açores, Presidente do Governo Regional dos Açores, deputado e Presidente da Assembleia da República.

CONSELHO DE ILHA DO CORVO QUER “SOLUÇÃO URGENTE” PARA O TRANSPORTE DE RESÍDUOS

O Conselho de Ilha do Corvo defende uma “solução urgente” para o transporte de resíduos entre a ilha e o exterior, através da realização de viagens marítimas extraordinárias.

Segundo o documento a submeter ao Governo dos Açores, no âmbito da sua visita oficial de dois dias à ilha do Corvo, que se inicia quinta-feira, os conselheiros, liderados por João Pedras, apontam a necessidade de “encontrar uma solução urgente para o transporte de resíduos entre o Corvo e o exterior, com recurso a viagens marítimas extraordinárias, exclusivamente para esse fim”.

De acordo com o estatuto político e administrativo dos Açores, o Governo Regional tem de visitar pelo menos uma vez por ano todas as ilhas do arquipélago que não possuem secretarias regionais, como é o caso das Flores, Corvo, Graciosa,

São Jorge, Pico e Santa Maria.

O executivo de coligação PSD/CD-S-PP/PPM decidiu, este ano, começar pela mais pequena parcela da região.

O Conselho de Ilha do Corvo sugere a “articulação do transporte entre o Centro de Processamento de Resíduos (CPR) e o Porto da Casa com os diversos serviços públicos sediados na ilha, o município e a empresa que explora aquele centro”.

Os conselheiros querem que seja promovida a reparação da cobertura do Centro de Processamento de Resíduos e que seja “garantida a aquisição/reparação com equipamentos adequados e indispensáveis ao seu bom funcionamento”.

O organismo pretende a manutenção do navio “Thor B” na rota entre o Faial, o Corvo e as Flores, bem como a realização por esta embar-

cação de “todas as viagens extraordinárias necessárias até que toda a carga com destino ao Corvo seja reposta”.

O Conselho de Ilha do Corvo quer a contratação de um intermediário na Horta, na ilha do Faial, que receba a mercadoria com destino ao Corvo e organize a calendarização das viagens do “Thor B”, assim como uma “comunicação atempada da planificação das viagens” e uma solução para o embarque e desembarque de contentores com mais de 10 toneladas, na Horta e no Corvo.

Pretende-se ainda que sejam incrementadas as viagens da embarcação “Ariel”, entre as Flores e Corvo, visando, em caso de cancelamento, “assegurar a reposição no dia seguinte”, bem como o “alojamento e as refeições dos passageiros”.

O Conselho de Ilha preconiza a

aquisição e recuperação de casas, de terrenos e construção de habitações “para resolver a questão da falta de habitação”, bem como quer saber o “ponto de situação do novo quadro comunitário e para quando a sua operacionalização”.

Para os conselheiros, é “urgente a realização de uma campanha de desratização a nível de ilha, também com recurso a armadilhas, numa intervenção realizada conjuntamente pelos serviços públicos sediados na ilha, pelo município e pelos privados que pretendam aderir”.

O Conselho de Ilha quer que o Governo dos Açores promova o planeamento de “uma intervenção de forma a controlar o elevado número de cabras e ovelhas selvagens existentes no Corvo”, bem como que se faça um estudo para a recuperação e requalificação das lagoas do Caldeirão.

A ilha do Corvo é a mais pequena parcela dos Açores, situada já na placa americana, possuindo, de acordo com a operação Censos 2021, 386 habitantes. Os Censos 2021 indicam que os Açores registaram uma quebra de população residente de 4,1% desde 2011, com um dos decréscimos mais acentuados a registar-se no Corvo (10,2%), que nos últimos 10 anos perdeu 44 residentes, passando para 386.



ADESÃO AO PROGRAMA MAIS CONTRADIZ “CRÍTICAS INFUNDADAS” DO PS

Guilhermina Silva, deputada do PSD dos Açores, entende que a adesão considerável das empresas ao Mecanismo de Apoio ao Incremento dos Salários (“programa MAIS”) “contradiz as críticas infundadas” do PS à medida do Governo Regional.

A parlamentar social-democrata destaca que, “graças ao Governo dos Açores, 21.357 açorianos estarão em melhores condições para enfrentar a crise inflacionista em 2023, após o Governo da República socialista os ter abandonado, ao excluir o arquipélago das medidas nacionais”.

A deputada do PSD/Açores entende que, “enquanto o Partido Socialista criticava este apoio às empresas no combate aos efeitos inflacionistas, apelidando-o de ‘mão cheia de nada’, o Governo Regional estendeu a mão às famílias e às empresas quando a República socialista lhes virou as costas”, salvaguarda.

Guilhermina Silva saúda assim o Governo Regional “pela implementação do ‘Programa MAIS’, cujo processamento de pagamento se encontra já em curso, bem acolhida no seio em-

presarial, a avaliar pelas 2515 empresas que se candidataram a este incentivo ao incremento salarial”.

Para a parlamentar social-democrata, “a adesão considerável demonstra bem a vontade do tecido empresarial açoriano de se constituir como agente promotor da melhoria das condições de vida dos trabalhadores na Região e de estímulo da economia, numa fase em que as famílias se deparam com um aumento do custo de vida”.

Aliás, recorda a deputada, “este mecanismo faz parte de um conjunto alargado de medidas para apoiar as famílias e as empresas face à inflação, por via de um apoio aos aumentos salariais promovidos pelas entidades empregadoras”.

Mais concretamente, materializa Guilhermina Silva, “a medida destina-

da às empresas privadas contempla um apoio ao incremento do salário médio, assim como da Retribuição Mínima Mensal Garantida na Região, correspondente a um aumento comprovado igual ou superior a 5,8% face a dezembro de 2022”.

Segundo a parlamentar social-democrata, “este incentivo traduz-se na atribuição de 174 euros por trabalhador, a tempo inteiro, pressupondo a obrigação da manutenção do nível de emprego registado entre janeiro e dezembro de 2023”.

Entretanto, “assistiu-se a uma subida em média de 9%, acima do que estava previsto no mecanismo, o que significa que as empresas açorianas estão cientes da importância do seu contributo para a sustentabilidade da economia local”, frisa.

“De destacar ainda o facto de que

60% do apoio concedido terem sido dirigidos ao incremento do salário mínimo, revelando-se uma excelente medida do Governo Regional dos Açores com vista à atenuação do impacto da inflação”, realça a deputada.

O processo de avaliação das candidaturas prossegue, sendo que 62% das quais já se encontram aprovadas, adianta Guilhermina Silva, “o que revela bem a eficácia e o empenho com que a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, tem vindo a trabalhar, com o objetivo de minimizar os efeitos da inflação junto das famílias e empresas”, concluiu.

O “programa MAIS” conta com uma dotação de 10 milhões de euros, com um limite máximo de 50 mil euros por entidade empregadora.

GOVERNO DA MADEIRA DUPLICOU APOIOS A ENTIDADES CULTURAIS

O Governo da Madeira quase duplicou os apoios a entidades culturais da região, tendo-lhes atribuído 4,1 milhões de euros nos últimos três anos, afirmou hoje o presidente do executivo madeirense.

Miguel Albuquerque falava no debate mensal, na Assembleia Legislativa Regional, subordinado ao tema “Investimento da Cultura da Madeira”, proposto e aprovado pela maioria parlamentar PSD/CDS em sede de Conferência de Representantes dos partidos do parlamento insular.

O governante regional apontou que “o aumento da oferta cultural é hoje uma realidade na região” e que “o reforço à investigação e à produção do conhecimento tem sido uma das apostas” do Governo Regional.

Miguel Albuquerque referiu que, em 2020 e 2021, “para compensar as perdas dos resultados da situação pandémica, foram atribuídos, a fundo perdido, quase 300 mil euros

a profissionais, agentes e associações/grupos de setor, residentes ou com sede na Madeira, provenientes de duas linhas de apoio suportadas pelo Orçamento Regional.

O líder madeirense enunciou as várias apostas feitas em diversas áreas culturais, mencionando a “maior dinamização dos museus e centros culturais, sendo que, em 2022, foi batido o recorde no número de entradas nestes espaços, com 285 mil visitantes”.

Segundo o chefe do executivo, este número significa um aumento de 63% em comparação com os números de 2019, o período antes da pandemia e complementou que o portal Museus da Madeira atingiu mais de 200 mil visualizações.

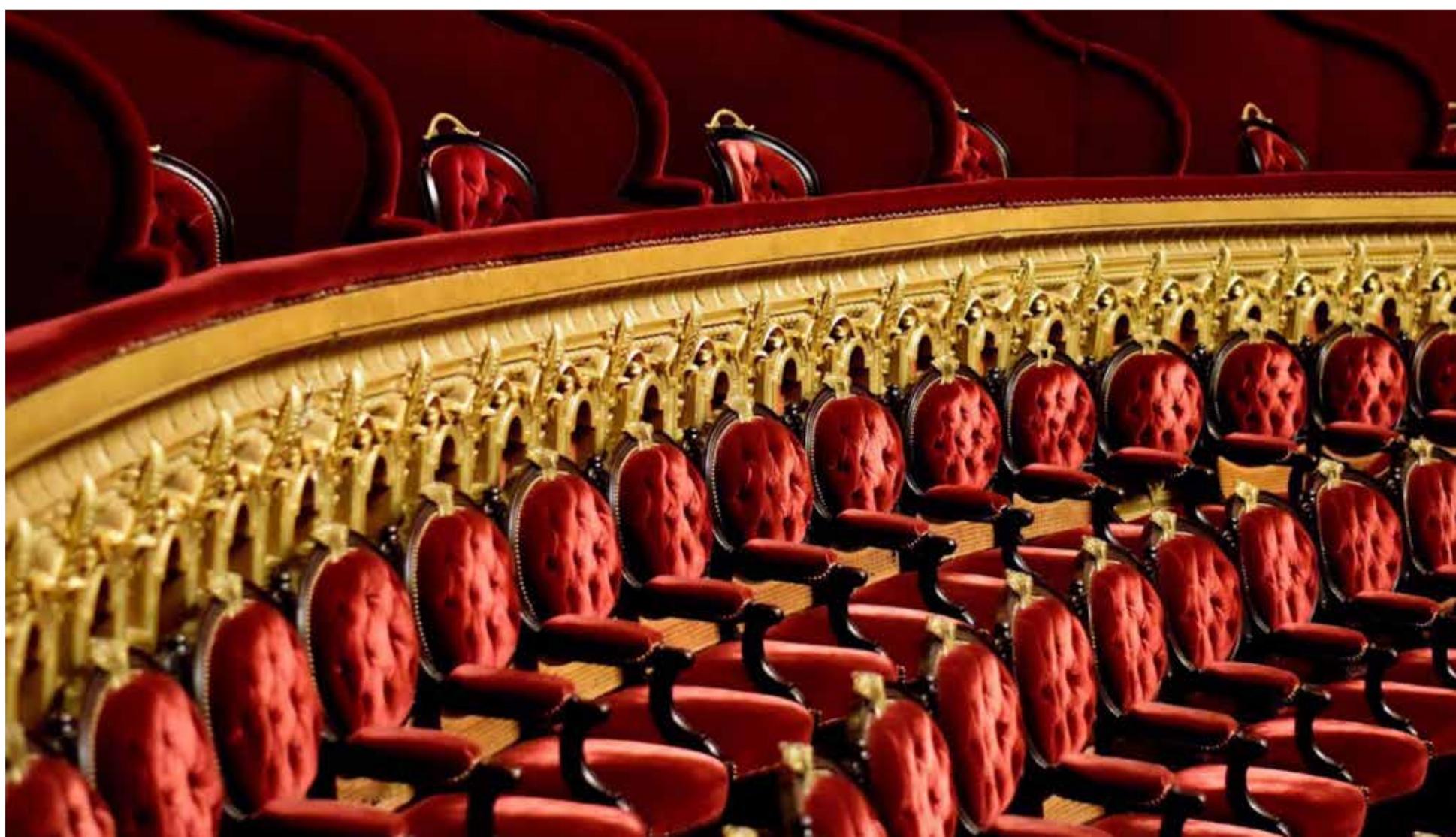
Também realçou a valorização e requalificação do património cultural, material e imaterial, o que representou, desde 2019, um investimento superior a 13 ME no espólio edifica-

do da região.

Neste âmbito, foi restaurado o teto da Sé do Funchal, um trabalho premiado, decorrem as obras no Convento de Santa Clara e a requalificação do Museu do Romantismo, no Monte, que vão ser disponibilizadas em breve, indicou, destacando ainda que “são já 181 os imóveis classificados na Região Autónoma da Madeira”.

Miguel Albuquerque ainda destacou o trabalho desenvolvido pelo Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, que tem atualmente cerca de 2.000 alunos – nas vertentes profissional, especializada e cursos livres em artes.

O secretário regional do Turismo e Cultura, Eduardo Jesus, defendeu no decorrer do debate que a cultura “não deve ser arma de arremesso partidário”.



CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ARRUDA DOS VINHOS

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Arruda dos Vinhos do PSD, para eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 16 de setembro (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 17H00 na Sede da Secção, sita na Av. Timor Lorosae, 17 em Arruda dos Vinhos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Nota: As listas de candidaturas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta dia 13), na Sede da Secção, ao representante da Distrital Área Oeste ou a quem o represente.
- As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 17H00.

COIMBRA

Ao abrigo do Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Coimbra, para reunir em Assembleia de Secção, no próximo dia 3 de maio (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00 na Sede do PSD, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, em Coimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;

2. Apresentação e aprovação de contas referentes ao ano de 2022;
3. Outros Assuntos.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Entroncamento para reunir no próximo dia 20 de maio de 2023 (sábado), entre as 15H00 e as 18H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Almirante Reis, nº 64, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de Secção.
- Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem legalmente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
- As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 18H00.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 04 de maio, (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas do ano de 2022;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no dia 3 de maio (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00 na Sede da Concelhia do PSD da Lourinhã, sita na Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, 4 Cave – Lourinhã com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política Local e Nacional;
2. Nova Comissão Política da JSD;
3. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.

MAIA

Convoca-se os Militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no dia 2 de maio de 2023, (terça-feira), com início às 21H00, Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 – Cidade da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Diversos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Miranda do Douro para reunir no próximo dia 20 de maio de 2023 (sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD, sita na Rua da Trindade, Edif. Dos Patrícios, R/c, em Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política Concelhia de Miranda do Douro.

Notas:

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral ou em alternativa podem ser enviadas para o seguinte endereço electrónico jsd.miranda.douro@gmail.com, estando sujeitas aos mesmos prazos estatutários.

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.